

Os terremotos brasileiros: uma breve história econômica no século XXI

The Brazilian Earthquakes: A Short Economic History in the 21st Century

João Villaverde¹

Fundación Getúlio Vargas - Pontificia Universidad Católica de São Paulo
joao.victor.villaverde@gmail.com

Resumen

El artículo describe la historia reciente de la economía brasileña, trazando la trayectoria seguida desde el gobierno de Fernando Henrique Cardoso hasta el momento actual, pasando por los años de gobierno del Partido de los Trabajadores, destacando sus políticas sociales y sus efectos. El hilo conductor del artículo es la política económica seguida por diferentes administraciones federales en las últimas dos décadas. Sin embargo, desde 2013 una serie de terremotos políticos y económicos han sacudido dramáticamente al país. La pandemia ocurre precisamente cuando la gestión económica brasileña está en manos de la administración federal más descalificada de nuestra historia moderna.

Palabras clave: Desarrollo económico, crisis económica, crisis monetaria, política económica.

Abstract

This article describes the recente history of the Brazilian economy, tracing the trajectory followed from the Fernando Henrique Cardoso's administration to the present moment, including the years of government of the Worker's Party, highlighting its social policies and their effects. The main thread of the article is the economic policy pursued by different federal administration in the past two decades. Since 2013, however, a series of political and economic earthquakes have dramatically shaken the country. The pandemic occurs precisely when the Brazilian economic management is in the hands of the most disqualified federal administration in our modern history.

Keywords: Economic development, economic crisis, exchange rate crisis, economic policy.

1 Jornalista (PUC-SP), com mestrado em Administração Pública e Governo pela FGV-SP. Foi pesquisador visitante em políticas públicas na School of International and Public Affairs (SIPA) da Universidade de Columbia, em Nova York. É autor do livro-reportagem *Perigosas pedaladas* (Geração Editorial, 2016), sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. É co-autor (com José Márcio Rêgo) do livro *Rupturas do pensamento* (Editora 34), as memórias do ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira em depoimentos aos autores. João é professor e doutorando em Administração Pública e Governo na FGV-SP, onde pesquisa impeachment e o controle político sobre governantes brasileiros.

É que a terra, ao crujir, como dizem os espanhóis, comprimida
pelo terremoto, faz um barulho cem vezes maior e mais
assombroso do que das trovoadas de tempestade.
É a Terra mesma revolvendo-se.

DARCY RIBEIRO

Nós brasileiros não somos acostumados com terremotos. O bloco geológico onde está assentado o punhado de terra, rios e mares que compreendem o Brasil não tem as fissuras que levam a esse fenômeno. Mas apenas o terremoto, como metáfora, pode dar cabo de explicar o que ocorre neste país desde 2013. Uma sucessão de tremores, de grandes proporções, ocorreu – e lamentavelmente continua a ocorrer – no país.

Não é possível saber, quando da ocasião em que essas linhas são colocadas no papel, quando que os tremores terminarão. É possível, no entanto, precisar no tempo deste curto século XXI que o país experimentou um período razoavelmente uniforme e relativamente estável entre os anos 2000 e 2012 – a era dos avanços relativos. Outro período completamente distinto começou em 2013, um de destruição constante, que culmina com o horror bolsonarista – a era dos terremotos. Um país que elege e tolera Jair Bolsonaro como presidente não pode estar saudável. Mas antes, muito antes de chegarmos ao horror do presente, é preciso voltar a lente analítica para o passado recente. O presente artigo buscará expor a evolução dos fatos, à luz da história econômica brasileira, e sua compreensão a partir de uma perspectiva pragmática, que combina lentes teóricas, numa luta constante para evitar o mal de Butterfield.²

Meu foco principal é a política econômica brasileira, seus objetivos declarados e seus resultados obtidos. Farei, então, um sobrevoo geral dado que, por limitações de espaço, não será possível o aprofundamento em todas as vertentes que compõem a política econômica, bem como toda a complexidade de fatores exógenos (como o contexto global), que também acabam por moldar respostas de políticas em cada época. Alguns temas serão mais discutidos do que outros, mas sugerirei leituras adicionais, em notas de rodapé, ao leitor que desejar mais informações sobre algum tópico específico. Este artigo abre com uma brevíssima apresentação do quadro imediatamente anterior à era dos avanços relativos, passando a esta em seguida e, por fim, concluindo com o presente.

2 Historiador inglês que ficou notório ao apontar em seu livro clássico *The Whig Interpretation of History* (1931) que a análise historiográfica comum naquele momento era aquela que compreendia os acontecimentos do passado como parte de uma linha geral que inevitavelmente levaria ao presente tal como estava. Ao contrário, advogava Butterfield: a análise de um determinado período histórico deve levar em consideração os conhecimentos e fatos disponíveis aos contemporâneos, sem estabelecer consequências inevitáveis.

Os antecedentes para a era dos avanços relativos

Era inglória a missão dos civis que herdaram o setor público brasileiro após a destruição promovida pelo regime militar. O país estava engolido pela inflação alta (na faixa dos 200% ao ano), pelo descontrole fiscal, a completa falta de controle e transparência sobre os atos do Executivo, os índices muito baixos de aprendizado nas escolas e uma rede de proteção social efetivamente inexistente. O problema fundamental do país era a inflação e, sem a estabilização, nem mesmo a mais básica política pública poderia ser implementada a contento. Em 1987-88, uma constituinte democrática foi realizada, encerrando formalmente o autoritarismo, com a Constituição promulgada em outubro de 1988. No ano seguinte, a primeira eleição direta para presidente da República.

O grande momento da história econômica brasileira recente ocorreu após o clima político do impeachment do presidente Fernando Collor, cujo desenlace se deu em setembro de 1992. A nova administração federal, liderada por Itamar Franco, confiou ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) o comando da política econômica. Este, então, entregou os principais cargos da economia para Persio Arida, André Lara Resende, Edmar Bacha, Pedro Malan, Francisco Lopes, Winston Fritsch e Gustavo Franco. Com exceção dos dois últimos, todos estiveram envolvidos em tentativas anteriores de domar a inflação. A eles foi confiada a missão de encerrar com a hiperinflação. A ideia enfim adotada remontava ao *paper* “Larida” (de 1984), escrito pelos dois primeiros da lista (Arida e Lara Resende).³ Envolveria a criação de uma moeda fictícia, uma unidade de valor cujo único propósito era indexar todos os contratos da economia nela. Essa moeda superindexada, mas fictícia, ganhou o nome de URV. A moeda verdadeira continuava a ser o cruzeiro real, que já estava carcomida pelos avanços descontrolados dos preços mesmo tendo menos de um ano de sua criação.⁴ Cada passo do governo – suas intenções, a criação da URV e sua posterior criação em moeda real, o Real, substituindo a zumbi cruzeiro real – era anunciado com antecedência pelo governo, negando a teoria de choques implementada em todos os planos fracassados anteriormente. Por fim, o real nasceria associado à cotação do dólar, inicialmente um para um, mas exigindo do Banco Central uma apertadíssima condução da política monetária, com importante elevação das taxas de juros de curto prazo, de forma a manter o câmbio estável e valorizado, ao mesmo tempo em que reduzia o inevitável apetite para o consumo que o fim da inflação geraria. Este último passo foi fruto da reflexão que o economista Persio Arida fez em seu segundo doutorado, poucos anos antes, ao tentar entender por que o Cruzado fracassara depois de ter dado tão certo nos primeiros meses de aplicação em 1986.⁵

3 *Paper* recentemente republicado no livro *Consenso e contrassenso* (Penguin, 2020), de Lara Resende.

4 O avanço de preços era tão acelerado que a cada 12 meses, o governo precisava cortar três zeros da moeda então em vigor, ou simplesmente criar uma nova.

5 O autor sugere a leitura da segunda tese de doutorado de Arida, pelo MIT, 1992, e de sua palestra a estudantes de Economia da Unicamp, em julho de 1995 (IE).

No meio século que vai de meados dos anos 1940 a meados dos anos 1990, o Brasil só teve três anos de inflação inferior a 10 %. Entre 1950 e 1980, a taxa média de inflação foi da ordem de 30 % ao ano. Do início dos anos 80 (quando chegou a 100 %) até o Real, a taxa média anual foi superior a 600 %, passando dos 1.000 % em 1989 e chegando a quase 2.500 % em 1993. Na literatura econômica há uma palavra para isso: hiperinflação (Malan 348).

Com o Real, aqueles tempos ficaram no passado. O país, do ponto de vista inflacionário, virou um território normal e razoavelmente estável.

Esta joia econômica puramente brasileira, o Plano Real, rendeu duas eleições consecutivas, em primeiro turno, para FHC (em 1994 e em 1998). O plano foi acompanhado por um período de intensas – e muitas vezes polêmicas – reformas.

Foi imediatamente após a reeleição de FHC, no fim de 1998, que uma dura crise econômica se abateu sobre o país. Foi em um cenário relativamente difícil, de forte aumento do desemprego (que chegaria a marca, até então histórica, de 13,4 % em abril de 1999), de forte desvalorização do real e de pedidos de impeachment de FHC por parte da oposição (liderada pelo PT, de Lula), que o novo século começou no Brasil.⁶

A era dos avanços (2000-2012)

Não há período histórico sem solavancos. No entanto, quanto mais nos afastamos no tempo, quando deixamos de ser contemporâneos de um episódio, menos apaixonada fica nossa avaliação. Assim, é possível dizer que os primeiros doze anos do presente século foram gentis ao Brasil. Isso ocorreu à despeito dos solavancos.

Superadas as crises de confiança interna (o impeachment de FHC não prosperou) e externa (com a redução do enorme déficit em transações correntes), ao final de 1999, o governo FHC passou a contar com uma estratégia nova de política econômica, liderada em parte pelo novo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e em parte pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, o único nome forte remanescente do time original (1993-94). Foi instituído o regime apelidado de “tripé macroeconômico”, que pode ser resumido assim: o Banco Central deixa de ter uma política cambial ativa (como teve de julho de 1994 a março de 1999), passando a perseguir metas anuais

6 A dívida líquida do setor público se aproximava de 50 % do PIB, patamar recorde, enquanto o governo incorria em repetidos déficits em transações correntes (que chegaria a 4,3 % do PIB em 1999), forçando uma grande dependência de capitais estrangeiros para evitar uma crise no balanço de pagamentos. O governo também negociara às pressas, no fim de 1998, um aporte do FMI, de US\$ 40 bilhões, de forma a fazer frente às necessidades de capital, dado que os ingressos estrangeiros evaporaram após a moratória russa (agosto de 1998) e uma nova piora da economia argentina, que contaminava todos os emergentes, em especial o Brasil. O PIB andou de lado em 1998 (0,03 %). Para mais dados, ver Werneck (348).

de inflação;⁷ o Ministério da Fazenda, por seu turno, fica concentrado em melhorar o desempenho fiscal do setor público, a partir de metas anuais de superávits nas despesas primárias, tendo como objetivo claro a estabilização e consequente redução da dívida pública. Sem câmbio fixo, mas flutuante (primeira perna do tripé), com metas de inflação para o BC (segunda perna) e metas de superávit fiscal para a Fazenda (terceira perna do tripé).

A instituição deste novo arcabouço foi acompanhada por uma completa revisão institucional do setor público no trato orçamentário e monetário, com ganhos de transparência. O BC passou a ter reuniões periódicas de seus diretores, o Comitê de Política Monetária (Copom), com a missão de discutir o balanço de riscos para o cumprimento da meta de inflação à luz dos dados (inflação, desemprego, crescimento econômico etc.) e das expectativas do mercado financeiro, e, com isso, definir o patamar da taxa básica de juros brasileira, a Selic. De seu lado, o Ministério da Fazenda passou a trabalhar ativamente na formulação de um projeto de lei que atualizasse as regras fiscais da União, além de dotar as instituições de controle, notadamente o Tribunal de Contas da União (TCU), de instrumentos para avaliar e verificar a aderência legal das execuções de despesas federais e arrecadação de impostos. A aprovação deste projeto pelo Congresso Nacional, criando a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101), em maio de 2000, pode ser considerado como a entrada simbólica do país no século XXI.

É digno de nota que este arcabouço de política econômica, o tripé, permaneceu praticamente inalterado durante todo o período 2000-2012. Sua depredação e consequente substituição, a partir de 2012-13, não pode ser considerada fundamental para explicar a impressionante deterioração econômica que o país vivenciaria a partir daquele momento, mas certamente ajuda em sua compreensão. Chegaremos lá em sua devida hora.

Com a LRF, o governo estava instado a apresentar formas de financiamento para novas despesas, além da nova lei vedar que gastos obrigatórios (como o pagamento de aposentadorias e pensões) fossem sustentados por uma arrecadação temporária (como uma privatização de estatal). A nova lei também proibiu o governo federal de repetir a trágica manobra dos regimes militares, de usarem instituições financeiras públicas (como o Banco do Brasil, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e bancos estaduais) para financiar despesas obrigatórias do Tesouro Nacional. Dito e feito, a LRF ensejou a primeira – e por enquanto única – atualização da Lei de Impeachment no país. Em outubro de 2000, o Congresso inseriu na Lei 1.079/1950, dos crimes de

7 Desta forma, o BC pôde, enfim, adotar a “regra de Taylor” como base de sua política monetária. Pela regra (formulada pelo economista americano John B. Taylor em 1993), os bancos centrais devem estipular sua taxa de juros nominal de curto prazo (a Selic, no caso brasileiro) como produto de uma fórmula que leva em conta a diferença entre a inflação presente e a meta, somada à diferença entre o PIB verificado e o PIB potencial, por fim somados à taxa de juros de equilíbrio. Com uma fórmula, Taylor buscava reduzir ao máximo a discricionariedade de política monetária, tornando-a previsível para os agentes e focada no objetivo principal de controle de preços.

responsabilidade, a previsão de afastamento de chefes de Executivo em função de violações da responsabilidade fiscal brasileira. Isso será importante em nossa narrativa, quando chegarmos nos terremotos recentes. Guarde esta informação, leitora e leitor deste artigo.

Uma parte grande da motivação da LRF estava em evitar que a estratégia do primeiro mandato de FHC não fosse repetida: diante de gastos crescentes, o governo decidiu ampliar a carga tributária, por meio de impostos diretos e indiretos.

Embora o ano de 2000 tenha sido virtuoso, com vistoso crescimento do PIB (4,4% sobre o ano anterior) e melhora flagrante das instituições e métodos de política econômica, o país ainda estava diante de gargalos imensos. Eles ficaram claros ainda no começo de 2001, quando a escassez energética forçou o governo a declarar emergência, para reduzir dramaticamente o consumo de energia. Ao “apagão”, que reduzia a atividade econômica, se somava o problema do desemprego elevado e dos indicadores de pobreza. A crise econômica na Argentina se intensificara naquele momento e também a economia americana reduzia dramaticamente sua velocidade de expansão – e os ataques terroristas, a 11 de setembro de 2001, tornaram ainda mais desafiador para os países emergentes, sempre mais arriscados sob uma perspectiva de investimentos do que os países ricos, industrializados. Era este o caldo de cultura que apontava para uma vitória da oposição nas eleições presidenciais de 2002.

Os anos seguidos do PT na oposição fizeram ligar o sinal de alarme em parte da elite financeira e empresarial brasileira quando, em 2002, ficou claro que Luiz Inácio Lula da Silva poderia ser eleito presidente. À deterioração econômica já presente (o alto desemprego, o baixo crescimento econômico e o elevado déficit em transações correntes) no início de 2002 foi somado, então, o pânico de investidores: o real passou a se depreciar rapidamente frente ao dólar e o BC, em resposta, passou a apertar fortemente as condições monetárias, elevando drasticamente a taxa de juros (que subira de 18% para 25% ao ano!). Foi quando a direção do PT decidiu produzir a famigerada “carta ao povo brasileiro”, assinada por Lula. Tratava-se de

[...] uma ampla campanha para convencer os mercados financeiros e os segmentos mais conservadores da opinião pública de que seus temores eram infundados. E de que, na verdade, o partido havia abandonado seu discurso radical e estava pronto a respaldar a manutenção da política macroeconômica que vinha sendo adotada pelo governo FHC. Tais esforços tornaram-se bem mais efetivos quando o anúncio dos principais nomes da equipe econômica do novo governo – liderada por Antônio Palocci, como ministro da Fazenda – ajudou a dar alguma credibilidade à desconcertante e vertiginosa metamorfose por que vinha passando o PT (Werneck 355).

Lula venceu, com larga vantagem (61% dos votos válidos no segundo turno), e o PT assumiu o governo federal cumprindo a promessa de manter a política econômica de FHC. Na Fazenda, o médico e político Antônio Palocci colocou economistas direta

ou indiretamente associados ao governo FHC, como Joaquim Levy no comando do Tesouro Nacional, e Marcos Lisboa na secretaria de política econômica. No BC, Lula escolheu Henrique Meirelles como presidente – na mesma eleição de 2002, Meirelles fora eleito deputado federal pelo PSDB, o partido de FHC. De partida, Meirelles não só manteve quadros importantes da gestão Armínio Fraga, como o diretor Ilan Goldfajn, como também a política monetária então em vigor, com a taxa de juros subindo acima de 27% ao ano. O tripé estava mantido.

Também na política educacional houve relativa continuidade explícita. A grande aposta do PT no governo federal estava na manutenção e ampliação do Fundef, o fundo de financiamento federal para o ensino básico nacional, criado em 1996. O Fundef seria depois ampliado (e renomeado para Fundeb) a partir da gestão do ministro Fernando Haddad, em 2006.⁸ Não foi uma continuidade completa na área, mas relativa: o PT buscou ativamente a ampliação de vagas no ensino superior.⁹ Ademais, os governos petistas adensaram nas duas frentes, Educação e Saúde, políticas públicas de relação federativa entre os três entes de governo, com avaliações periódicas (como exames nacionais a estudantes) e revisões técnicas.¹⁰

As grandes marcas de relativa diferenciação do PT em relação ao governo FHC ocorreram, nos primeiros anos, nas políticas ambiental e social. Para o Ministério do Meio Ambiente, Lula selecionou a ativista Marina Silva, com importante histórico de defesa da fauna e da flora nacional. Sob Marina, o ministério ganhou status de primeira linha.¹¹

Já na política social, um dos focos prioritários para o petismo se diferenciar do governo anterior, o objetivo era redução da desigualdade de renda, a ser atingida por criação de vagas de emprego e por transferência de recursos a famílias em situação de extrema pobreza. No primeiro campo, o governo Lula inicialmente seguiu a política de FHC de aumentos anuais do salário mínimo, mas concedendo reajustes reais (acima da inflação) mais elevados. Depois, a partir de 2006, Lula criou uma política formal para o salário mínimo, que consistia em recomposição da inflação somada ao PIB de dois anos anteriores. Essa política seria mantida e transformada em lei pelo governo Dilma. Ademais, o governo petista também passou a se fiar em políticas de estímulo ao crédito para famílias, como forma de ampliar a renda disponível e o consumo doméstico.¹²

8 O Fundeb vincula o repasse de dinheiro federal à alunos matriculados na rede pública, estimulando as prefeituras a manter os estudantes nas escolas, entre outras políticas.

9 Por meio do aumento da oferta (com institutos e faculdades federais) e da demanda (criação da política de cotas, do Pro-Uni e do Fies).

10 Para uma primorosa avaliação sobre o desempenho nessas duas frentes, Educação e Saúde, nos trinta anos a partir da Constituição de 1988, o autor deste artigo sugere fortemente a leitura do capítulo de Naércio Menezes no livro de Salto e Pellegrini. Outra boa fonte de informação, mais específica à evolução das políticas públicas em educação no Brasil, é o livro *Pais mal educado*, de Daniel Barros.

11 O autor sugere a leitura do livro *Amazônia* de Ricardo Abramovay, que mapeia os avanços na área ambiental até 2012 e, também, a terrível deterioração desde então.

12 Entre outros fatores, essas políticas ampliaram a massa salarial e a renda percebida pelas famílias, notadamente aquelas na base da pirâmide, gerando uma miríade de consequências. No campo econômico, surgiu a teoria do “social-desenvolvimentismo”, especialmente associada à Unicamp, liderada pelo economista Aloizio Mercadante. No campo político, o governo passou a se fiar nos slogans de “nova classe média” e de “governo da classe C”. No

Após o fracasso com o programa Fome Zero (que tinha sido a aposta inicial do governo petista para combater a fome e a pobreza extrema dos brasileiros), o governo Lula apostou em outra solução. Em outubro de 2003 foi criado o programa Bolsa Família, com transferência direta de dinheiro para famílias pobres, condicionando o recurso à manutenção das crianças na escola. Embora a ideia não fosse original (o governo FHC contava com o programa Bolsa Escola, que por sua vez fora gestado a partir de ideias regionais, como no Distrito Federal e na cidade de Campinas), o Bolsa Família ganhou centralidade. Enquanto as políticas econômica, educacional e sanitária eram basicamente as mesmas, foi com a política social que o PT se diferenciou.

Os avanços foram, de fato, relevantes. Em rigoroso trabalho sobre os efeitos do Bolsa Família na renda das famílias pobres brasileiras, entre o período 2009 e 2014, a economista Débora Freire Cardoso verificou importantes avanços anuais, em termos reais (isto é, acima da inflação). Os efeitos sobre as rendas familiares ocorreram de forma direta¹³ (para o caso dos beneficiários do programa) e indireta, dado que o dinheiro é gasto com comércio, serviços e aluguéis locais, isto é, gerando incremento de salários e rendimentos de propriedade (Cardoso 228).

Na ausência da expansão do programa Bolsa Família no período analisado (2009-2014), o índice de Gini da distribuição da renda total entre as dez classes de renda seria, em 2014, 0,64 % maior. A renda das famílias estaria, portanto, mais desigual. Considerando a renda disponível, a diferença do índice entre dois cenários é 0,04 p.p. mais elevada que o da renda bruta, logo, a política tem seu efeito redistributivo levemente ampliado quando se considera a variação endógena na arrecadação de tributos sobre renda das famílias e transferências ao governo (233).

Vale mencionar que o sucesso do Bolsa Família gerou vitórias eleitorais importantes para o governo petista. Há ampla literatura apontando para a grande relevância que o programa teve para impulsionar tanto a reeleição de Lula, em 2006, quanto a primeira eleição de Dilma, em 2010.¹⁴ O programa certamente ajudou a fidelizar votos em Dilma, reeleita em 2014, e no candidato petista derrotado em 2018, Fernando Haddad. É intuitivo e não há, por parte do autor deste artigo, qualquer sombra de crítica neste sentido. A boa política pública deve sempre render frutos a quem implementou, como forma de incentivar políticos a fazer a coisa certa. O mesmo ocorrera com o sucesso do Plano Real, que rendeu duas eleições consecutivas a FHC em primeiro turno. É claro que o Real sozinho não pode fazer esquecer os erros e omissões do mandato

campo sociológico, André Singer cunhou o termo “lulismo” para definir a coesão social obtida naquele período – coesão que começou a ruir justamente quando foi lançado seu livro *Os sentidos do Lulismo*.

13 Em Cardoso (236-245), há uma pormenorizada e alentada apresentação de dados sobre o consumo das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família entre os anos de 2009 e 2014.

14 O autor sugere Lício, Rennó e de Castro; Zucco e Power; e Zucco.

tucano, nem o Bolsa Família obscurecer os erros de política econômica (mais evidentes sob Dilma Rousseff). Mas que fique claro: encerrar a hiperinflação e reduzir a desigualdade de renda têm valor histórico e essas duas políticas públicas não podem ser esquecidas. A relativa continuidade na política educacional (com o Fundef se transformando no Fundeb) e seus resultados na universalização das matrículas no ensino fundamental também. A defesa do meio ambiente, feito em bases modernas nos primeiros anos do século XXI, são uma eterna lembrança, diante do horror do presente, que não pode ser esquecida também.

Mas antes de seguirmos adiante em nosso curso histórico, cumpre registrar que o contexto global mudara dramaticamente quando da sucessão de FHC por Lula, em 2003. A conjuntura internacional ficou mais simpática aos países emergentes. O banco central dos EUA, o Fed, reduziu dramaticamente a taxa básica de juros (de 6,5%, em 2001, para apenas 1% a partir de junho de 2003), impulsionando fluxos financeiros para países em desenvolvimento. A crise na Argentina fora superada. A economia chinesa, em expansão paulatina desde o fim dos anos 1980, entrara em velocidade extraordinária: o modelo *export-led*¹⁵ chinês demandava crescente importação de produtos que o Brasil tinha condição privilegiada para vender (como soja e minério de ferro). Eram os anos dos BRICs, o acrônimo criado pelo economista Jim O'Neill para apontar os países que liderariam o crescimento no século XXI (Brasil, Rússia, Índia e China). Por fim, o preço do petróleo entraria em período de alta crescente, valorizando um produto-chave para parceiros políticos do Brasil naquele instante, como a Venezuela sob o regime de Hugo Chávez, além do próprio Brasil: a Petrobras passou a apostar mais recursos para exploração de bacias (como de Campos, no Rio de Janeiro, e de Santos, em São Paulo). A taxa de desemprego, que voltara a testar a máxima histórica no início do governo Lula (quando atingiu 13,4% em abril de 2003) caiu consistentemente, aumentando a “potência” das políticas sociais e, portanto, da circulação da renda interna: o desemprego cairia a 8,3% ao final de 2008.

Um misto, portanto, de soluções internas (manutenção do tripé econômico e da política educacional, com impulsão da política social e da política ambiental, quando países ricos passaram a prestigiar países e empresas ambientalmente responsáveis) com um contexto global favorável (taxa de juros incrivelmente baixas nos EUA e na União Europeia e o início do boom de *commodities*, particularmente por conta da demanda chinesa). Para os críticos, os anos Lula foram de bonança puramente externa. Para os apoiadores, o contexto global era apenas um detalhe: fora o PT que encontrara a saída para os problemas brasileiros. Indiscutível, no entanto, que especialmente entre 2004 e 2008, o país entrara em uma espiral de forte crescimento econômico.

O crescimento do PIB acelerara (a média de crescimento anual chegou a 5% entre 2004-2008, ante 2,4% de 1994-1999 e de 2% de 2000-2003). A dívida externa

15 Nome dado a um modelo de crescimento econômico, em que as exportações são a mola propulsora.

líquida foi, basicamente, zerada. O saldo comercial aumentara muito, chegando a mais de US\$ 40 bilhões em 2006 e 2007, devido principalmente à demanda chinesa por *commodities* brasileiras – o que elevou fortemente o preço desses produtos sem que isso diminuísse o apetite chinês. O país estava vendendo mais *commodities*, tanto em quantidade embarcada quanto em valor dos itens. O ciclo de elevação dos preços internacionais de *commodities*, iniciado nos primeiros meses de 2002, levou ao crescimento de mais de 50% dos preços médios das exportações brasileiras, o que permitiu que o câmbio real se valorizasse sem prejudicar as exportações (Pastore e Pinotti).

Aliás, importante que se diga neste momento que foi justamente a brutal valorização do real, iniciada ainda em meados de 2003, que permitiu que os incrementos financeiros para política social, a constante queda da taxa de desemprego e os aumentos anuais da massa salarial não levassem ao aumento da inflação. O Brasil estava sofrendo de um caso clássico de doença holandesa:¹⁶ o boom de *commodities* aumentava o crescimento econômico e o ingresso acelerado de divisas estrangeiras valorizava o real, o que barateava as importações e permitia ao Banco Central cumprir a meta de inflação em todos os anos (entregando, inclusive, uma taxa particularmente baixa, de apenas 3,1% em 2006, muito abaixo da meta). A taxa de desemprego, como vimos, passou a cair, ano a ano, aumentando a massa salarial e, por definição, pressionando mais a oferta a partir dos incrementos reais na demanda agregada. A valorização da moeda nacional, barateando as importações crescentes, ajudou a explicar o cumprimento contínuo da meta de inflação pelo Banco Central. A apreciação cambial teria sido ainda mais severa não fosse a política tocada pelo BC sob Henrique Meirelles de formação de reservas internacionais.¹⁷ Mas mesmo no auge na acumulação de reservas, essa política não fazia mais do que atenuar a valorização da moeda, ao “enxugar” apenas parcialmente a entrada de capitais no Brasil (Bresser-Pereira 151).

Foi a crise financeira global, que começou lentamente no fim de 2007 e ficou explícita com os conhecidos eventos de setembro de 2008, que gerou o mais flagrante evento disruptivo daquele modelo de crescimento. É a partir daquele período que o governo do PT passa a alterar o estado de coisas. Marina Silva deixa o ministério.

16 A doença holandesa faz parte da história (e das derrocadas) das nações ao longo da história, especialmente a partir do mercantilismo. Furtado (1959) especulava que fora o ingresso de divisas por conta da venda de produtos básicos das colônias que acabou deprimindo a economia espanhola no século xvii. O apelido “doença holandesa”, no entanto, surgiu apenas nos anos 1960 quando uma série de economistas diagnosticou que a descoberta de grandes reservas de gás natural na Holanda estava reduzindo todos os incentivos para qualquer outro setor econômico, em especial a indústria. Em tempos simples, a doença holandesa representa o estágio em que poucos setores (ou mesmo um único setor) do ramo básico (minérios, energia, grãos) domina uma determinada economia, provocando forte apreciação cambial, aniquilando, portanto, a chance de segmentos que demandam mão de obra mais especializada e capitais mais fartos – como em tecnologia da informação, indústria de ponta etc.

17 A política consistia na compra de dólares, por parte do Banco Central, que depois os aplicava em ativos líquidos e seguros (como títulos do Tesouro dos EUA). Oficialmente, a formação das reservas visava a melhoria dos indicadores macroeconômicos brasileiros, de forma a oferecer um “seguro-calote” para investidores no país. Na prática, o BC, com isso, também reduzia a disponibilidade de dólares no mercado à vista brasileiro, o que reduzia a velocidade – sem nunca mudar a tendência – da apreciação do real. Essa política foi reduzida a partir de 2009 e interrompida poucos anos depois.

Palocci fora substituído pelo economista Guido Mantega após um escândalo político em março de 2006. Este começara, aos poucos, a fazer alterações de pessoal no Ministério da Fazenda. O último remanescente do grupo original, Bernard Appy, deixa o governo em meados de 2008. A queda, barulhenta, de José Dirceu da importante Casa Civil, após o escândalo do “mensalão” no fim de 2005, permitiu a ascensão da economista Dilma Rousseff, originalmente alocada para o Ministério de Minas e Energia.

Embora o foco principal no programa Bolsa Família e na redução da desigualdade social, de forma geral, continuasse evidente, a partir de 2009 o governo petista passa a flexibilizar sensivelmente o tripé macroeconômico. Apenas para fins explicativos, é possível reduzir as orientações principais do período abarcado por este segmento com duas palavras por fases: 1994-2002 (estabilidade-modernização), 2003-2008 (estabilidade-social), 2009-2012 (crescimento-social). Há sempre uma repetição de termo, mantendo, portanto, uma linha razoavelmente constante entre este longo período que vai de 1994 a 2012. No entanto, é relevante estressar como o quadro geral mudou, a partir de decisões do governo petista, quando da eclosão da crise global no fim de 2008.

A Petrobras ganha enorme centralidade nos planos do governo federal. A empresa estatal descobre imensas reservas de petróleo na camada do pré-sal, ao mesmo tempo em que amplia seus investimentos em refinarias, seguindo a ideia-chave da nova fase do governo petista de buscar a autossuficiência do setor de forma totalmente interna (extração de petróleo, refino, distribuição e venda de gasolina e derivados nos postos).¹⁸ A empresa chegou a ser relevante até para a formação do superávit primário de 2010.¹⁹ Grandes projetos de infraestrutura, notadamente de hidrelétricas gigantescas em áreas isoladas (e inicialmente protegidas da ação predatória...), ganham a linha de frente. Políticas de estímulo ao crédito e ao consumo são gestadas e implementadas. Desonerações tributárias são concedidas a empresas de diversos setores, na maior parte das vezes sem sequer contar com uma avaliação de impacto para essas políticas.²⁰

É nesse contexto, também, que Lula autoriza que uma parcela do imposto sindical (que era arrecadado de forma compulsória, desde 1943, junto a todos os trabalhadores formais brasileiros) fosse dividido com as centrais sindicais, que também estavam livres de qualquer escrutínio administrativo por parte do TCU. Foi nesta ocasião que o sociólogo Ricardo Antunes declarou que Lula levou o getulismo ao “limite extremo”.²¹

18 Para mais informações sobre a evolução da estatal e sua relação com diferentes governos federais, em especial o período petista, o autor sugere Paduan.

19 Por conta de uma manobra contábil, o governo inflou o resultado fiscal de 2010 em quase R\$ 30 bilhões (em valores da época). Isso foi produto de uma triangulação envolvendo o Tesouro Nacional e a Petrobras. Primeiro, o Tesouro emitiu R\$ 43 bilhões em títulos públicos e usou o dinheiro para aplicar na Petrobras, de forma a aumentar a participação da União no capital da estatal. A empresa, então, usou o dinheiro para adquirir da União blocos preferenciais na área onde seria extraído petróleo da camada do pré-sal. Toda essa jogada foi largamente registrada nos jornais da época e, bem que se diga, foi feita de forma transparente. Uma manobra, mas transparente. As manobras secretas e ilegais, que viriam a ser chamadas de “pedaladas fiscais”, começariam dois anos depois.

20 Ver Regatieri e Carvalho.

21 A declaração foi dada ao autor deste artigo, em reportagem publicada em 4/5/2010 no jornal *Valor Econômico*. O

É possível especular aqui um pouco sobre a mudança de orientação que ocorreu no governo federal brasileiro a partir de 2008-2009. Por um lado, mudança de pessoal: como visto, com raras exceções (sendo Fernando Haddad, na Educação, e Henrique Meirelles no BC, duas delas), os ministros mais relevantes (Casa Civil, Fazenda, Planejamento) e demais cargos de primeiro escalão do governo (Tesouro Nacional, presidentes da Petrobras, do BNDES, da Caixa e do Banco do Brasil) eram diferentes, em 2008-2009, daqueles que tinham tomado posse junto de Lula em seu primeiro mandato, em janeiro de 2003. Pessoas com bagagens diferentes tendem a ter agendas diferentes.

Por outro lado, o contexto histórico mudou: a explosão da crise financeira mundial levou a uma retração muito veloz (“a morte súbita do crédito”) da expansão bancária, forçando governos em países ricos e pobres a agir rapidamente, pelo lado fiscal e também monetário, para evitar aprofundamento da crise. Quando as circunstâncias mudam, políticas também devem mudar.

Por fim, a conjuntura local: em 2009, quando as transformações de modelo macroeconômico no governo Lula começaram a ficar claras, estávamos apenas um ano distante das eleições gerais de 2010 e Lula já decidira não seguir a tendência de Chávez e Rafael Correa (Equador), isto é, mudar a Constituição para ficar por mais um mandato. Para o PT continuar, portanto, era preciso ter um candidato diferente de Lula pela primeira vez desde a fundação do partido. Isso ensejaria uma forte campanha de imagem, claro, mas principalmente, este fato político criava incentivos óbvios para uma política econômica (especialmente a fiscal²²) mais expansionista, de forma a gerar crescimento econômico e a sensação de bem-estar decorrente garantir a transferência de popularidade de Lula para sua candidata (Dilma foi a escolhida, em prejuízo de Marina Silva²³).

Seja então pela mudança de pessoal, pelo contexto global ou pela conjuntura política local, fato é que a partir de 2009, o governo petista começou a mudar a orientação de política econômica.

Lula conclui seu governo em dezembro de 2010 e passa a faixa presidencial para sua aliada, e ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. O PIB crescera a 7,5 %, a maior taxa desde 1986, e a geração de empregos formais superara a marca de 4 milhões de

“getulismo” é uma referência à política do presidente populista Getúlio Vargas, que governou o Brasil por 19 anos não consecutivos entre 1930 e 1954. Vargas criou a carteira de trabalho e à associou ao imposto sindical, que financiava, a partir do Estado, a ação dos sindicatos e federações de trabalhadores. As centrais sindicais são as entidades políticas dos sindicalistas. Somente sob Lula, a partir de 2008, as centrais passaram a ser financiadas pelo repasse estatal do imposto sindical. O modelo foi todo encerrado pela reforma trabalhista de 2017. “Lula levou o getulismo ao limite extremo”, diz Antunes”, João Villaverde, *Valor Econômico*, 2010.

22 “Custo Dilma exigiu aumento de gastos”, diz economista Geraldo Biasoto”, entrevista a João Villaverde e Sergio Lamucci, jornal *Valor Econômico*, 16/12/2009. Na ocasião, Biasoto também afirmava que “caminhamos para um déficit primário; estamos fritando o superávit primário”.

23 Marina Silva então deixou o PT em setembro de 2009, filiando-se ao PV e disputando a eleição presidencial de 2010 como uma candidata de centro. Terminaria em terceiro lugar, com mais de 20 milhões de votos. Foi, proporcionalmente, a melhor votação que um terceiro colocado já conseguiu na história eleitoral brasileira.

vagas, em saldo líquido, com a taxa de desemprego caindo a 7,4%. Impulsionado pela China, o Brasil sofrera um curto baque, apenas, com a crise financeira global e já recuperara o crescimento em meados de 2009. Era o período auge dos BRICS (agora com o S representando a África do Sul). Simbolicamente, os países estariam nos holofotes esportivos globais: a China sediara os Jogos Olímpicos de 2008, enquanto a África do Sul recebera a Copa do Mundo de 2010. O Brasil sediaria a Copa em 2014 e a Olimpíada em 2016, enquanto a Rússia receberia a Copa do Mundo de 2018.

O aumento da carga tributária (mais evidenciado no governo FHC, mas também presente no início do governo Lula) chegara a um limite bem naquele momento. A carga de tributos atingiu quase 35% do PIB por volta de 2007-2008, o dobro do patamar verificado por vizinhos como Argentina, Chile e México, naquele momento – e todos estes contando com um PIB per capita superior ao brasileiro. Sem embargo, a carga tributária brasileira se encontrava em níveis semelhantes a países como Espanha, Alemanha, Canadá e Reino Unido, mas estes contavam com PIB per capita três vezes maior que o brasileiro.²⁴ A demanda por gastos públicos não pararia de aumentar, seja por engessamento constitucional (como as despesas obrigatórias com Previdência Social, salários de servidores, Saúde e Educação) seja por decisões do governo petista (com política social, mas, principalmente a partir de 2008, com projetos de infraestrutura²⁵ e a interrupção do processo de reformas constitucionais²⁶).

Com carga tributária no limite, isto é, com arrecadação constante, a pressão contínua por mais gastos invariavelmente levaria a uma piora do quadro fiscal. Enquanto o PIB continuou crescendo (casos dos anos 2010 e 2011), o governo conseguiu atender a todos os “senhores” ao mesmo tempo, a um custo relativamente baixo (digno de nota tenha sido o fato de que, a partir daquele momento, a inflação anual tenha sempre ficado mais próximo do limite máximo das metas de inflação do BC do que de seu centro).²⁷

Mas foi quando o crescimento começou a empacar, entre 2012-2013, que ficou flagrante o quão precário era esse equilíbrio. Foi precisamente neste momento que, por uma decisão do governo Dilma Rousseff, o setor público passou a recolher menos im-

24 Dados extraídos da OCDE e The Economist Data.

25 Notadamente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, e, dentro dele, foco principal nos projetos de exploração e produção de petróleo da camada do pré-sal pela Petrobras e nos projetos de gigantescas hidrelétricas, como do Santo Antônio, do Jirau e de Belo Monte, que passaram a consumir uma quantidade inesgotável de recursos públicos. Cumpre citar também o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (2009) e o programa Brasil Maior (2011-2012).

26 O governo deixou claro, reiteradas vezes a partir de 2009, que não via urgência (ou mesmo necessidade) em realizar a reforma da Previdência Social, a despeito da pressão crescente que esses gastos obrigatórios exerciam sobre todos os demais. Também sobre servidores, o governo petista não evidenciava interesse em regulamentar a reforma do Estado, inserida na Constituição em 1998, ou outros reparos. Isso é digno de nota. Entre 1995 e 2006, os gastos dos governos FHC e Lula 1 cresceram menos de 10% com servidores federais, no entanto o setor público gastou 163% mais com funcionários do Legislativo e 233% mais com o Judiciário (Mendes). Essa tendência explosiva, em especial no Judiciário, lamentavelmente nunca mudou e continua uma chaga brasileira.

27 Sob controle entre o início de 2005 e meados de 2010, a inflação começaria a deslizar para cima de forma persistente: fecharia 2010 a 5,9%, acima da meta de 4,5%; em 2011, a inflação terminou no limite máximo de 6,5% (a meta de 4,5% permitia inflação até dois pontos acima); em 2012 e 2013, a inflação ficaria na faixa dos 6% e voltaria a tocar 6,5% em 2014, explodindo no ano seguinte, já em plena era dos terremotos: em 2015, a inflação tocara quase 11%.

postos. Em vez de uma reforma tributária como aquela historicamente defendida pelas forças progressistas brasileiras, que modernizasse o sistema brasileiro, além de torná-lo mais progressivo, o governo Dilma optou por concessões crescentes de desonerações tributárias: setores eram selecionados pelo Ministério da Fazenda, a partir de 2012, e, sem qualquer avaliação de impacto, eram beneficiados por reduções de impostos.²⁸ Ao fim e ao cabo, Dilma também decidiu pela redução da tarifa de energia no país. Por um lado, sua decisão ajudou, artificialmente, a reduzir uma parte da inflação aos consumidores. De outro, essa decisão saiu muito cara: bilhões de reais foram desperdiçados para sustentar por apenas dois anos um modelo que se revelou inadequado, isso sem mencionar o custo para a reputação da política econômica, que atuou durante boa parte desse período sem oferecer à sociedade qualquer transparência sobre seus atos.²⁹

Foi assim que o setor público entrou em 2013: arrecadando menos, gastando mais e, por fim, sem transmitir para a sociedade a piora fiscal que era consequência óbvia desse equilíbrio. Ademais, o ciclo de elevado crescimento econômico, que ajudara a segurar pressões sociais maiores, estava em seus estertores.

No plano político, o crescimento com redistribuição virou um pilar retórico das campanhas e dos governos Lula e Dilma Rousseff. Por alguns anos, a discussão da “nova classe média”, iniciada por Marcelo Néri em 2008, pautou a imprensa e o governo, culminando em uma inédita e surreal definição oficial para a classe média [...] O otimismo da comunidade acadêmica era palpável. Soares (2008, 16) especulou que poderíamos “estar no início de uma revolução no nosso padrão civilizatório”, projetando que, se o ritmo fosse mantido, o Brasil atingiria níveis americanos de desigualdade em uma década e chegaria ao patamar canadense em pouco menos de 25 anos [...] A dissipação do otimismo foi forte nos últimos anos. A economia brasileira colapsou. Os prognósticos para o curto e médio prazo são sombrios, reforçados por uma crise política inimaginável há poucos anos (Souza 162-163 e 165).

A era dos terremotos (2013-2021)

Uma escada para o terror. Degrau a degrau, ano a ano, os brasileiros estávamos mais próximos das rachaduras entre as placas tectônicas, provocando tremores insuportáveis. A cada ano deste período, a análise pregressa tornava simpática a lembrança do ano anterior. Quer dizer, 2014 foi um ano muito difícil, mas comparado a 2015, foi até razoável. Este por sua vez foi um ano terrível, mas quando comparado ao que

28 Este processo foi, como citado, largamente analisado por Regatieri e Carvalho. Trabalhos mais específicos, que analisam a dificuldade colocada sobre a gestão macroeconômica, podem ser encontrados nos três capítulos da parte IV do livro de Bacha; no capítulo de Pedro Jucá Maciel em Salto & Almeida (2016).

29 Para uma discussão alentada sobre este episódio, ver capítulo 2 de Villaverde.

viria em 2016, foi tolerável. Assim sucessivamente. Até o presente: 2019 foi um ano péssimo, já sob o horror bolsonarista, mas quando comparado a 2020... nem tanto.

O Brasil e o mundo eram radicalmente diferentes no começo de 2013. Chávez ainda governava em Caracas e o Papa ainda era Bento XVI. Cuba continuava no governo Castro, com Raúl governando e seu irmão Fidel aposentado. Barack Obama acabara de começar seu segundo mandato. Os celulares modelo *smartphone* apenas começavam a se popularizar, mesmo nos EUA. Os serviços de entretenimento por streaming engatinhavam. Donald Trump não tinha filiação partidária. Os governos Cameron, Merkel e Hollande lideravam as conversas na União Europeia para superar a terrível crise do euro – ninguém nunca tinha ouvido falar em Brexit ou algo assim, sendo um delírio circunscrito a grupos radicais minoritários. Ninguém no Brasil, fora de alguns bairros na cidade do Rio de Janeiro, conhecia Jair Bolsonaro.

Minha linha-mestra aqui é a política econômica e seus resultados. A leitora e o leitor que chegaram até aqui já sabem que o elevado crescimento econômico do período anterior começou a ficar para trás ainda em 2012. Por decisões do governo Dilma, o resultado fiscal federal começou a se deteriorar rapidamente, mas nem toda essa piora era comunicada de forma transparente pelo governo à sociedade: o governo passou a praticar as chamadas “pedaladas fiscais”. O governo até sugeriu um nome distinto para a estratégia de política econômica que substituiu o tripé macroeconômico (1999-2011): seria a “nova matriz econômica” (2011-2014).

Há um rico debate, vivo até hoje, sobre as determinantes desta piora econômica – que começou a ficar flagrante em 2013 e que realmente explodiu em 2015.³⁰ De modo geral, economistas estão divididos: de um lado, aqueles que colocam um peso maior nas condições exógenas, como o contexto global (como a queda acentuada do preço do petróleo a partir do fim de 2014, seguido da redução geral do ritmo de crescimento chinês, entre 2015-2016, diminuindo a demanda por commodities brasileiras, bem como as seguidas crises de confiança que se abateriam sobre mercados ricos, notadamente na União Europeia) e o contexto local (a dura estiagem que se abateu sobre o país entre 2012 e 2015, notadamente sobre o Nordeste brasileiro; e as consequências da Operação Lava Jato, deflagrada a partir de 2014, que paralisou virtualmente todos os contratos entre a Petrobras e as maiores empreiteiras do país, consequentemente levando a rodadas sucessivas de demissões de trabalhadores em diversas localidades). De outro lado, aqueles que explicam a grande crise brasileira a partir fundamentalmente de variáveis endógenas (como a veloz erosão do superávit primário, que se transformou em déficit ainda em 2014, gerando perda de confiança nos agentes de mercado, enquanto a inflação saía do controle do governo, exigindo

30 O autor sugere o debate que ocorreu entre os economistas Bráulio Borges e Samuel Pêssoa, pesquisadores do Ibre, da FGV-Rio. Os dois principais textos podem ser acessados aqui (<https://blogdoibre.fgv.br/posts/impacto-dos-erros-reais-da-nova-matriz-tem-sido-muito-exagerado>) e aqui (<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-nova-matriz-economica-resposta-braulio-borges>). Ambos acessados em 3/2/2021. O autor sugere, também, a leitura dos capítulos finais de *O pior emprego do mundo* de Thomas Traumann.

uma política de juros muito altos por parte do Banco Central, que levava a um resfriamento geral da atividade econômica).

Consensos entre economistas são raros e este autor suspeita que nunca existirão. Mas parece evidente que a própria enunciação de todas essas variáveis endógenas e exógenas indica um cenário muito pouco propício à estabilidade econômica, ao crescimento e, portanto, à geração de empregos de forma sustentável.

Como se isso não bastasse, o país ainda passou por seguidos terremotos, ano a ano. Em junho de 2013, milhões de brasileiros foram às ruas, pelo país todo, incluindo demonstrações que tomaram a sede do Congresso Nacional em Brasília. Até hoje há uma grande dificuldade em compreender o que estava sendo solicitado pelos manifestantes e não é missão que este autor tem capacidade de responder, mesmo sendo contemporâneo daquelas jornadas e tendo trabalhado e refletido sobre aquilo. Fato é que brasileiros demandavam melhores serviços públicos, mais crescimento econômico, menos corrupção e alguns outros pedidos corporativos, habilmente massificados (em especial a agenda defendida por integrantes do Ministério Público). A popularidade de todos os governantes então no poder caiu a níveis mínimos. Meses depois, já em 2014, o país sedia a Copa do Mundo em meio a protestos pelo desperdício de dinheiro público com a construção de estádios de futebol mesmo em localidades sem sequer times consolidados (como Brasília e Manaus). A seleção brasileira sofre 7 x 1 da Alemanha, na semifinal.

Um mês depois, em plena campanha presidencial, o terceiro colocado nas pesquisas, Eduardo Campos (PSB), morre em tragédia aérea. A campanha se esgarça e a comunicação política é violenta. Dilma é reeleita de forma muito apertada, com 51,8% dos votos válidos, ante Aécio Neves (PSDB), que especula sobre fraudes em urnas eleitorais e ataca o PT como “organização criminosa”. É neste contexto político – com eleitorado praticamente rachado ao meio, com acusações pesadas – que a Operação Lava Jato, liderada pelo Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba, acompanhada do juiz federal Sergio Moro, passa a realizar prisões em série de empresários, lobistas e quadros políticos.³¹ Neste cenário conturbado, Dilma decide abrir seu segundo mandato, em janeiro de 2015, negando políticas de seu próprio mandato inicial, reduzindo o programa de bolsas para matrículas no ensino universitário, retirando os estímulos artificiais que mantinham a tarifa de energia mais barata, e revendo uma parte grande dos incentivos fiscais por ela concedidos anos antes. Sua escolha para o Ministério da Fazenda desagradou ao PT e aos aliados: o economista Joaquim Levy, que embora tivesse sido secretário do Tesouro nos primeiros anos de Lula (2003-2006), naquele contexto de esgarçamento político, era mais associado por petistas à agenda do rival tucano (Aécio Neves).

31 Diversas obras foram escritas sobre a investida das áreas de controle do Estado (como o MPF, a CGU e o Judiciário) sobre a corrupção de agentes públicos. O autor não encontrou, ainda, uma obra que apresente a miríade de atores envolvidos, suas implicações e versões, mas é possível extrair informações das obras simpáticas a determinados agentes (dos procuradores da Lava Jato e do juiz Sérgio Moro a, de lado oposto, o PT), entre elas *Lava Jato* de Vladimir Netto, *Guerra à corrupção* de Sérgio Praça, e *Os limites do Lulismo*, de André Singer.

Em abril de 2015, o plenário do TCU decide condenar, de forma unânime, o governo Dilma por uma infração grave da Lei de Responsabilidade Fiscal. De posse de documentos do próprio governo, levantados por investigação formal após a série de reportagens jornalísticas nos meses anteriores, o TCU comprovava que o governo tinha usado bancos públicos por ele controlados (como Caixa, BB e BNDES) para fazer despesas obrigatórias, sem receber de forma tempestiva os recursos do Tesouro (como demanda a LRF e como sempre agia o governo até então). Era a quebra do artigo 36 da LRF. Ademais, os passivos que o governo criava junto a essas instituições não era registrado pelo Banco Central no indicador oficial de endividamento público do país. Desta forma, com as “pedaladas”, o governo Dilma pôde realizar despesas em níveis muito superiores ao possível, sem coletar a consequência óbvia de piora da dívida pública. Depois de muito discutir, o governo, ao final, admitiu a prática, optando por uma defesa que apontava práticas semelhantes – ainda que em menor extensão e menor volume – em governos anteriores. De seu lado, o TCU acatou parcialmente a defesa, mas compreendeu que o fato de não ter apurado práticas lesivas à LRF antes não dava ao governo Dilma uma salvaguarda pela infração. O julgamento foi concluído em dezembro de 2015, quando também o governo pagou todas as “pedaladas fiscais” devidas – R\$ 72,4 bilhões, em valores da época. Também naquele mês, a Câmara dos Deputados começou a discutir o processo de *impeachment* de Dilma, tendo justamente as “pedaladas” como uma das bases do afastamento, dada a atualização, feita em 2000, da Lei do Impeachment.³²

O *impeachment* foi aprovado pela Câmara em abril de 2016 e um mês depois os senadores concordaram com o procedimento, levando Dilma ao afastamento temporário. Sua saída definitiva foi confirmada em julgamento no Senado, a 31 de agosto. No meio do caminho, a Lava Jato prendera praticamente todos os empresários do ramo da construção, além de um banqueiro (André Esteves, do BTG), um senador em exercício da função (Delcídio Amaral, do PT), ex-ministros e ex-diretores da Petrobras, o presidente da Câmara (Eduardo Cunha, do PMDB), o ex-governador do Rio de Janeiro (Sérgio Cabral, do PMDB), entre outros. Em novembro, o avião que transportava o time de futebol Chapecoense caiu na Colômbia, matando todos os passageiros, com exceção de três pessoas. O episódio gerou grande comoção nacional e agravou a sensação, generalizada, de má sorte e desalento no país. Semanas depois, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, que era o responsável pelos casos da Lava Jato que envolviam personalidades protegidas pelo foro privilegiado, morreu em acidente aéreo no litoral do Rio de Janeiro.

Ao fim e ao cabo, a crise econômica que oficialmente começou em meados de 2014 produziu o pior biênio da história econômica brasileira, com uma queda acumulada do PIB de quase 8% entre 2015 e 2016. A taxa de desemprego deu saltos

32 Mais informações em Villaverde.

mensais, chegando a mais de 15% no fim de 2016.³³ A inflação permaneceu elevada durante todo o período, exigindo do BC, seguindo a regra de Taylor, uma política monetária apertada.

O governo Michel Temer, do PMDB, assume após o *impeachment* e tem no comando da política econômica os ministros Henrique Meirelles (que fora presidente do BC durante os oito anos de Lula), Dyogo Oliveira (que fora secretário do Ministério da Fazenda sob Dilma) e Ilan Goldfajn (que fizera parte do BC sob FHC e sob Lula). O governo altera a Constituição, inserindo a emenda do Teto de Gastos. Há, claro, divergências entre os economistas sobre seu sucesso. Mas é fato incontestável que, para uma parte grande (possivelmente majoritária) do mercado financeiro, o teto passou então a servir de “âncora fiscal”, garantindo rigidez nos gastos e dando confiança aos investidores. O teto, diga-se, pode ter sido pouco importante para explicar a melhora dos indicadores de confiança (consumidores, empresários, investidores) e dos fluxos de recursos de estrangeiros (entre 2016 e fins de 2018). Pode ter sido mais resultado das condições externas (juros incrivelmente baixos no mundo desenvolvido, gerando incentivos para o mercado buscar aplicações em países emergentes – o “risk on environment”). Pode ser. Mas a narrativa predominante, desde fim de 2016, concede ao Teto um papel de protagonista. Keynes sabia, desde jovem, a importância das narrativas e, principalmente, da persuasão de agentes a partir da comunicação bem-feita de política econômica.³⁴ É com esta lente que analisamos que o Teto, ao dominar a narrativa desde então, exerceu o esperado papel de “âncora fiscal”.³⁵

Quando estava prestes a aprovar a segunda reforma constitucional de seu mandato, a reforma da Previdência, o governo Temer sofreu uma dura crise política: a 17 de maio de 2017, reportagens revelaram grampos feitos por investigadores federais contra Temer, numa negociação aparentemente espúria com um dos mais ricos empresários brasileiros, Joesley Batista, dono da JBS Friboi, que terminaria preso. Denunciado, duas vezes, por crimes de corrupção passiva, Temer conseguiu proteção no Congresso, ao custo de paralisação adicional de sua agenda econômica. Ainda assim, o governo passou a reforma trabalhista (flexibilizando regras contratuais intactas desde os anos 1940 e terminando com o imposto sindical compulsório). O governo também reduziu o subsídio ao BNDES e aprovou o cadastro positivo de crédito. Para fechar, o país ainda foi acometido por uma terrível greve nacional dos caminhoneiros, em maio de 2018, que levou a um salto na inflação, forte deprecia-

33 Todos os dados de desemprego mencionados neste artigo foram retirados da série de desemprego aberto disponíveis nas séries históricas do Ipea Data.

34 O autor sugere o ótimo *Essays In Persuasion*, livro de 1931 de John Maynard Keynes, largamente disponível online. Uma obra que não envelhece e, em tempos de redes sociais, fica especialmente obrigatória. O autor sugere também a leitura de *Narrative Economics*, obra mais recente do economista Robert Shiller, que aponta a importância que construção de narrativas em política econômica tem sobre a psique dos agentes (em especial no mercado financeiro). De forma direta: importa menos a verdade, mas sim como o agente médio compreende a realidade.

35 Vide Volpon.

ção cambial e resultou na saída do presidente da Petrobras, Pedro Parente. Ao final, o biênio 2017-2018 terminou com altas irrisórias, de 1,5 % ao ano do PIB, e lenta recuperação dos empregos e da renda das famílias.

A eleição de 2018 gerou o penúltimo terremoto. Preso em abril pela Lava Jato, o ex-presidente Lula passou a ser inelegível. Mas isso não impediu o PT de registrar Lula na chapa presidencial e usar do tempo na campanha oficial por rádio e televisão para divulgar Lula candidato. Ele foi substituído por seu vice, Fernando Haddad, a menos de duas semanas da eleição. A estratégia, explícita, era evitar campanha negativa, levar Haddad ao segundo turno e, na disputa contra o candidato extremista Jair Bolsonaro (largamente ignorado pelo PT na campanha), Haddad ser eleito como “repositório” dos votos em um conflito “civilização contra a barbárie”. Deu errado. Bolsonaro foi eleito com 55 % dos votos válidos, após uma cruzada de violenta verborragia política, que incluiu ameaças de “metralhar” petistas e ataques repetidos contra os diversos concorrentes, iguados pelo bolsonarismo como “bandidos corruptos”. Percebido como anti-establishment e surfando um partido de aluguel (o PSL, que seria abandonado pouco depois das eleições), Bolsonaro foi o beneficiário direto pelo “movimento das camisas amarelas”, em referência às manifestações populares anticorrupção, em que ativistas vestiam a camisa da seleção brasileira de futebol.

Por que brasileiros viram em Jair Bolsonaro um político preocupado com o combate à corrupção e liberal na economia? O autor não consegue responder, porque vai além de sua capacidade de compreensão da mente humana. Bolsonaro sempre representou o exato oposto dessas demandas. Especulo que uma combinação de fatores pode ajudar a compreender: baixo nível médio de educação dos brasileiros; anos consecutivos de crise política e econômica geraram demanda por candidato agressivo; a associação explícita de um economista marginal no debate público, mas ligado a pautas liberais na economia, como Paulo Guedes; o anseio periódico, no eleitorado nacional, por mudanças de grandes proporções.³⁶ Mas são especulações.

Imediatamente após a vitória, Bolsonaro anunciou que o juiz Sérgio Moro deixaria o magistério e se tornaria seu ministro da Justiça, tornando então explícita uma das associações implícitas na campanha (a de que a Lava Jato era simpática ao capitão do Exército). Essa associação foi, depois, também confirmada por integrantes do MPF em entrevistas a jornais, dizendo-se arrependidos e preocupados com a erosão democrática provocada e inflamada por Bolsonaro.³⁷ A Lava Jato, aliás, acabou.³⁸

Bolsonaro toma posse do governo federal em janeiro de 2019 e imediatamente institui uma política de constante confrontação política contra os atores estabelecidos

36 Sobre esta última hipótese, o autor sugere a leitura do artigo “A sina dos 30 anos”, de Cláudio Couto e João Villaverde, publicado na *Folha de S. Paulo*.

37 Neste sentido, o autor sugere a leitura desta entrevista com o ex-procurador Carlos Fernando (UOL) e desta reportagem sobre a Lava Jato (Amado).

38 A 3/2/2021, o Procurador Geral da República, escolhido por Bolsonaro, encerrou a força-tarefa.

(notadamente a Câmara dos Deputados, os partidos políticos, os movimentos sociais, o Supremo Tribunal Federal e a imprensa). Ao longo de todo o ano, apenas a reforma da Previdência, que estava herdada de Temer, é aprovada no Congresso Nacional, com as novas regras inseridas na Constituição em novembro. Mesmo sem contar com uma ferrenha oposição política, qualquer grande evento disruptivo endógeno (como os produzidos em decorrência da Lava Jato, um impeachment ou uma greve de caminhoneiros) ou exógeno (como uma crise em países ricos ou mesmo vizinhos), o país sob Bolsonaro cresce ainda menos que sob Temer: o PIB avança apenas 1,1 % em 2019, com queda vagarosa da taxa de desemprego e da taxa de desalento. Sem embargo, a economia brasileira entra em desaceleração em 2020, o ano da pandemia – o mais recente terremoto desta era.

Alguns países têm sorte, outros têm azar. No Brasil, a pandemia começou justamente quando o país estava sob o jugo bolsonarista. A estratégia do confronto contra os atores estabelecidos atingiu seu pico em maio de 2020, plena pandemia. Bolsonaro foi contra toda a política sanitária: combateu a estratégia dos *lockdowns* para evitar sobrelotação dos hospitais; criticou seguidamente o uso de máscaras e da prática do distanciamento social; fez campanha contra a vacinação antes mesmo dos laboratórios desenvolverem a primeira vacina no mundo. Enquanto isso, o presidente incentivou aglomerações sociais e participou pessoalmente de demonstrações que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Sérgio Moro deixou o governo em abril de 2020, mas continuou simpático às ideias associadas ao bolsonarismo.³⁹ Guedes continuou no comando da política econômica, sem muito produzir, mas repetindo palavras fortes e garantindo ao governo Bolsonaro o verniz liberal, servindo, portanto, de justificativa para um apoio residual perante empresários.

Driblando, como possível, os ataques continuados do bolsonarismo, o Congresso Nacional conseguiu, em 2020, formular e aprovar uma renda básica emergencial, transferida mensalmente a quase 70 milhões de brasileiros em estado de extrema pobreza e pobreza, como forma de atenuar as dificuldades evidentes colocadas pela pandemia. O Congresso também aprovou o novo marco do saneamento básico (uma das últimas agendas iniciadas pelo governo Temer e que permanecia pendente). Por fim, o Congresso aprovou e regulamentou a nova versão do Fundeb, seguindo a política pública fundamental em educação, iniciada sob FHC, mantida e aprimorada sob Lula, Dilma e Temer. O Banco Central cortou agressivamente a taxa básica de juros, reduzida à mínima histórica de 2 % ao ano, ao mesmo tempo que obteve a liberação legal para adquirir, em mercado secundário, títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. O BC também fechou um acordo com o Fed para prover liquidez, em dólares. Esses dois mecanismos não foram usados em 2020, mas sua perseguição foi relevante para

³⁹ A única campanha política, entre as 5.531 cidades brasileiras, que contou com Moro em novembro de 2020 foi a de Fortaleza, capital do Ceará. Na ocasião, Moro cerrou fileiras com o candidato bolsonarista Capitão Wagner, defensor de escolas militares e líder do ilegal motim de policiais militares em 2012.

fins de gerenciamento das expectativas do mercado financeiro. Em 2020, o PIB teve queda próxima a 4% e a taxa de desemprego orbitou 14%, com mais de 14 milhões de desempregados.

A história econômica começou a mudar rapidamente em 2021. O Banco Central iniciou uma agressiva política de aperto monetário, elevando a Selic de 2% ao ano para 9,25% ao ano entre março e dezembro. A taxa básica de juros seguramente irá tocar em 11% já no primeiro trimestre de 2022. A inflação ficou totalmente fora do controle da autoridade monetária, superando 10,7% em dezembro – a mais alta taxa em sete anos. No meio do caminho, uma recessão técnica⁴⁰ e uma explosão fiscal contratada pelo bolsonarismo, que derrubou o teto constitucional de gastos a fim de ampliar as despesas no ano eleitoral.⁴¹

Embora as primeiras vacinas tenham sido aprovadas em janeiro de 2021, não havia sequer um plano nacional de vacinação. Tal como o Ministério da Educação bolsonarista foi omissivo no relevante debate do novo Fundeb, o Ministério da Saúde bolsonarista foi omissivo em meio à maior crise de saúde pública em um século. Mais de 618 mil brasileiros perderam suas vidas para a Covid-19 até o momento em que esse texto é concluído. O total de mortos – segundo maior volume absoluto no mundo, inferior apenas ao dos Estados Unidos – seria ainda maior não fosse o esforço coordenado dos governos subnacionais (Estados e municípios) com campanhas frequentes por vacinação, além de políticas públicas de *lockdown*, conscientização, distanciamento social e uso de máscaras. Especialmente a partir de maio de 2021, a vacinação no país acelerou velozmente: a adesão dos brasileiros à vacina fez com que a curva sempre ascendente de mortos e adoentados amainasse a partir do segundo semestre. Na entrada de 2022, quase 70% da população brasileira está plenamente vacinada contra a Covid-19. Em parte, o próprio modelo de federalismo brasileiro permitiu uma resposta decisiva de governadores e prefeitos à sabotagem bolsonarista a partir do governo federal (Abrucio *et. al*). Em particular, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado com a Constituição de 1988 e implementado desde então a partir de um modelo tripartite na gestão (vide Franzese e Abrucio), foi fundamental para evitar que a tragédia não fosse ainda maior.

Não é possível saber qual será o próximo terremoto – um *impeachment* de Bolsonaro ou uma agressiva e potencialmente sangrenta eleição de 2022 ou algo totalmente inesperado. Uma retomada sutil para algo remotamente semelhante ao que o Brasil viveu na era dos avanços relativos é algo válido somente em sonhos ou delírios. Isso não será possível sob Bolsonaro. Lamentavelmente, é evidente: a era dos terremotos ainda não acabou.

40 Após o IBGE registrar duas quedas consecutivas do PIB, no segundo e no terceiro trimestres de 2021.

41 Para mais informações, o podcast O Assunto, da jornalista Renata Lo Prete, da Rede Globo: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/10/22/o-assunto-564-a-implosao-do-teto-e-da-equipe-economica.ghtml>

Referencias

- Abramovay, Ricardo. *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo, Elefante, 2020.
- Abreu, Marcelo de Paiva, organizador. *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Porto Alegre, Elsevier, 2014.
- Abrucio, F. L., E. J. Grin, C. Franzese, C. I. Segatto e C. G. Couto. “Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental”. *Revista de Administração Pública (RAP)*, vol. 54, nº 4, 2020, pp. 663-677, Rio de Janeiro.
- Amado, Guilherme. “Procuradores da Lava Jato em Curitiba se dizem arrependidos de voto em Bolsonaro”. *O Globo*, 2 ago. 2020, <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/procuradores-da-lava-jato-em-curitiba-se-dizem-arrependidos-de-voto-em-bolsonaro-24561908>. Visitado 11 de agosto de 2021.
- Bacha, Edmar, organizador. *A crise fiscal e monetária brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- Barros, Daniel. *País mal educado*. Rio de Janeiro, Record, 2018.
- Borges, Bráulio. “Impacto dos erros (reais) da Nova Matriz tem sido muito exagerado”. *Blog do IBRE*, 8 sept. 2017, <https://blogdoibre.fgv.br/posts/impacto-dos-erros-reais-da-nova-matriz-tem-sido-muito-exagerado>. Visitado 11 de agosto de 2021.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo, Editora 34, 2007.
- Carvalho, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo, Todavia, 2018.
- Couto, Cláudio y João Villaverde. “A sina dos 30 anos”. *Folha de São Paulo*, 14 jun. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/a-sina-dos-30-anos.shtml>. Visitado 11 de agosto de 2021.
- De Bolle, Monica B. *Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2016.
- De Souza, Pedro H. G. F. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo, Hucitec, 2018.
- Cardoso, Débora Freire. “Capital e trabalho no Brasil do século XXI: o impacto de políticas de transferência e de tributação sobre a desigualdade, consumo e estrutura produtiva”. Tesis para optar ao grado de Doutor em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- Franzese, C. e F. L. Abrucio. “Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas: os casos dos sistemas de saúde, assistência social e de educação”. Em G. Hocman e C. A. P. Faria (Orgs.), *Federalismo e políticas públicas no Brasil*, 2013, pp. 363- 388. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- Instituto de Economia da Unicamp (IE). “População economicamente ativa – Profs. Alóisio Mercadante, Delfim Netto e Pêrsio Arida”. *You Tube*, 5 set. 2020, https://www.youtube.com/watch?v=oHHW_NZRaIY&t=4398s. Visitado 11 de agosto de 2021.

- Keynes, John Maynard. *Essays in Persuasion*. London, Macmillan, 1931.
- Lício, Elaine, Lucio R. Rennó y Henrique Carlos de O. de Castro. “Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, vol. 15, n.º 1, 2009.
- Malan, Pedro. *Uma certa ideia de Brasil: entre passado e futuro*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2018.
- Menezes Filho, Naércio. “Gastos com saúde e educação”. *Linhas de administração e políticas públicas: contas públicas no Brasil*, orgs. Felipe Salto y Josué Pellegrini. *Contas Públicas no Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2020, pp. 179-199.
- Mendes, Marcos. *Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2006.
- Netto, Vladimir. *Lava Jato: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 2016.
- Paduan, Roberta. *Petrobras: uma história de orgulho e vergonha*. São Paulo, Objetiva, 2016.
- Pastore, Affonso Celso y Cristina Pinotti (2006). “O câmbio no Brasil e no Chile”. *Valor Econômico*, 11 sept. 2006.
- Pessoa, Samuel. “O impacto da nova matriz econômica: resposta a Bráulio Borges”. *Blog do IBRE*, 28 set. 2017, <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-nova-matriz-economica-resposta-braulio-borges>. Visitado 11 de agosto de 2021.
- Praça, Sérgio. *Guerra à corrupção: lições da Lava Jato*. São Paulo, Évora, 2017.
- Regatieri, Rebeca. “O monitoramento e a avaliação de políticas públicas”. *Linhas de administração e políticas públicas: contas públicas no Brasil*, orgs. Felipe Salto y Josué Pellegrini. São Paulo, Saraiva, 2020, pp. 365-391.
- Salto, Felipe y Mansueto Almeida, organizadores. *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. Rio de Janeiro, Record, 2016.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- —. *Os limites do lulismo: um quebra-cabeça do período Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- Shiller, Robert J. *Narrative Economics: How Stories Go Viral and Drive Major Economic Events*. Princeton, Princeton University Press, 2019.
- Souza, Pedro Ferreira. *Uma História da Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo, Editora Hucitec, 2018.
- Traumann, Thomas. *O pior emprego do mundo: 14 ministros da Fazenda contam como tomaram as decisões que mudaram o Brasil e mexeram no seu bolso*. São Paulo, Planeta, 2018.
- UOL. “A gente começa a colocar operações em dúvida, diz ex-Lava Jato”. *UOL Notícias*, 26 jun. 2020, <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/26/ex-procurador-da-republica-carlos-fernando-dos-santos-lima.htm>. Visitado 11 de agosto de 2021.

- Villaverde, João. *Perigosas pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff*. São Paulo, Geração, 2016.
- Volpon, Tony. *Pragmatismo sob coação: petismo e economia em um mundo de crises*. Rio de Janeiro, Alta Books, 2019.
- Werneck, Rogério. Consolidação da Estabilização e reconstrução institucional, 1995-2002. Em Abreu, Marcelo de Paiva et al. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014, pp. 331-381.
- Zucco, César y Timothy Power. “Bolsa Família and the Shift in Lula’s Electoral Base, 2002-2006”. *Latin American Research Review*, vol. 48, n.º 2, 2013, https://www.jstor.org/stable/43670073?seq=1#metadata_info_tab_contents. Visitado 11 de agosto de 2021.
- Zucco, César. “The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002-2014)”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 9, n.º 1, 2015, <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/BjpDCbSckJ5L7BrZG7rKyxt/?lang=en>. Visitado em 11 de agosto de 2021.